

A infância clandestina em Clarice Lispector

Clandestine childhood in Clarice Lispector

Fabio Scorsolini-Comin¹

Recebido em: 27/08/2019

Aprovado em: 20/11/2019

Publicado em: 19 /12/2019

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir os sentidos sobre a infância nos contos *Felicidade clandestina* e *Cem anos de perdão*, de Clarice Lispector. Nessas obras, por meio de duas protagonistas meninas, Clarice retoma a sua infância no Recife-PE. Ao seguir em seu processo de socialização e de constante aprendizagem, depara-se com as sanções sociais que lhe trazem as noções de certo-errado e de comportamento considerado adequado a uma criança. A partir desses contos, destaca-se a emergência de uma infância povoada por interditos que podem ser contornados pela ligação com a literatura, de modo que a fruição estética apresenta-se como fator protetivo diante de vivências que despertam a angústia, como a descoberta da perversidade da amiga, ou do prazer associado à transgressão marcada pelo roubo de rosas e pitangas. A infância clandestina em Clarice pode ser apreendida em enredos que envolvem o roubo e o erotismo vivenciados às escondidas, denunciando esta etapa como uma experiência que nem sempre pode ser revelada. A redenção das protagonistas, em ambos os contos, revela uma infância não apenas permeada pela fantasia, em que tudo é possível, mas também uma infância concreta e com reverberações no desenvolvimento da Clarice-menina e, posteriormente, da Clarice-mãe e da Clarice-escritora.

Palavras-chave: Infância; Desenvolvimento Infantil; Clarice Lispector.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the meanings about childhood in the *Clandestine Happiness* and *One Hundred Years of Forgiveness* by Clarice Lispector. In these works, through two girls protagonists, Clarice resumes her childhood in Recife-PE-Brazil. As she goes through her process of socialization and constant learning, she encounters the social sanctions that bring her the notions of right-wrong and behavior considered appropriate for a child. From these tales, we highlight the emergence of a childhood populated by interdictions that can be circumvented by linking with literature, so that aesthetic enjoyment is a protective factor in the face of experiences that arouse anxiety, such as the discovery of wickedness of the friend or pleasure associated with the transgression marked by the theft of roses and pitangas. Clandestine childhood in Clarice can be grasped in plots involving theft and eroticism secretly experienced, denouncing this stage as an experience that cannot always be revealed. The redemption of the protagonists in both tales reveals a childhood not only permeated by fantasy, where anything is possible, but also a concrete childhood with reverberations in the development of Clarice-girl and, later, Clarice-mother and Clarice-writer.

Keywords: Childhood; Child Development; Clarice Lispector.

1. Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas e do Programa de Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. ORCID:0000-0001-6281-3371 E-mail: fabio.scorsolini@usp.br

INTRODUÇÃO

Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante (LISPECTOR, *Felicidade clandestina*, 2016, p. 396).

Queria cheirá-la até sentir a vista escura de tanta tonteira de perfume (LISPECTOR, *Cem anos de perdão*, 2016, p. 409).

A Psicologia enquanto ciência emerge ao final do século XIX e associa-se quase que exclusivamente à Psicologia Experimental. Afastando-se da sua origem galgada na Filosofia e até mesmo no crescente movimento psicanalítico capitaneado por Sigmund Freud, a Psicologia precisava se alinhar aos pressupostos das chamadas Ciências Naturais. Nesse processo, emergiam nomenclaturas que passavam, a partir daí, a ser investigadas em suas possibilidades de mensuração e de avaliação. A Psicologia centrada em comportamentos e naquilo que podia ser observado, controlado e compreendido em sua concretude davam pistas do que seria, então, a chamada Psicologia científica. A partir desse momento, a Psicologia passa a se subdividir em áreas específicas que tinham como objetivo especializar o conhecimento, possibilitando a apreensão de uma gama ampla de fenômenos e objetos (FIGUEIREDO; SANTI, 2002; ROSE, 2008).

No bojo dessas especialidades emergiu a Psicologia do Desenvolvimento, uma das áreas mais tradicionais da Psicologia até os dias de hoje. Ainda que seja uma das áreas fundamentais desse movimento científico da Psicologia, a ciência do desenvolvimento tem passado, desde a sua criação, por um processo constante de revisão e aperfeiçoamento, em que diferentes teorias passam a ser veiculadas na tentativa de compreender fenômenos que se modificaram com o tempo e mesmo novos fenômenos em tela. Tendo como meta o estudo do ser humano ao longo de todo o ciclo vital, a existência de fases ou períodos desenvolvimentais tornou-se, além de uma forma de estudar o desenvolvimento a partir do marcador etário, uma clássica característica desse campo (DESSEN; COSTA JÚNIOR, 2008).

A infância é um período do desenvolvimento que sempre gozou de um importante status junto à produção científica do campo da Psicologia do Desenvolvimento. Por muito tempo, desde o seu surgimento, a Psicologia do Desenvolvimento foi até mesmo confundida com outra nomenclatura possível, a Psicologia da Criança (ROSSETTI-FERREIRA, 1988). Estudar o desenvolvimento era, quase sempre, buscar compreender a criança e suas vicissitudes, buscando traçar tipicidades e atipicidades que pudessem contribuir para pensarmos não apenas a criança como objeto de pesquisa e intervenção,

mas todos os processos desenvolvimentais posteriores. Era na infância que diversos movimentos podiam ser observados em um período menor de tempo, era na infância que podíamos cotejar um *boom* desenvolvimental, com processos acelerados de aquisição e aprendizagem, vislumbrando diferentes possibilidades. Em poucos anos, a criança podia sair de um estágio de extrema dependência da figura de um(a) cuidador(a) para um de maior autonomia, encaminhando-se para a adolescência e, posteriormente, a vida adulta.

Esse movimento de priorização da infância na Psicologia do Desenvolvimento foi consolidado na primeira metade do século XX, com importantes repercussões nas décadas seguintes, ainda que, paulatinamente, outras etapas fossem emergindo como importantes nesses estudos, como a velhice, também em decorrência da ampliação da expectativa de vida em grande parte do mundo. No campo das teorias em Psicologia do Desenvolvimento, a infância foi priorizada por diversos pesquisadores, a exemplo de Piaget (1954) na Europa e Vigotski (1998) na Rússia, que buscaram compreender o desenvolvimento do psiquismo e das funções psicológicas superiores, como a atenção, a memória e a cognição, a partir do estudo voltado à infância e à observação desse período.

Desde então, os estudos científicos sobre a infância têm trazido importantes considerações para a compreensão dessa etapa. Ao destacar o aspecto cultural do desenvolvimento, Rogoff (2005) mostrou que a noção de infância não era a mesma em todas as partes do mundo, de modo que os marcadores sociais da infância não necessariamente estavam associados ao critério etário, clássico na Psicologia do Desenvolvimento, mas, por exemplo, a marcadores culturais como a participação em determinadas comunidades, a aquisição de determinada competência, entre outros fatores.

De modo sumarizado, a partir desses achados e de outros estudos semelhantes à época, o desenvolvimento infantil passou a ser concebido cada vez mais como plural, diverso, afastando-se da necessidade de tratar exclusivamente das tipicidades e passando a abarcar outros fenômenos igualmente importantes na compreensão do desenvolvimento do sujeito. Assim, cada vez mais temos a noção de infâncias, no plural, abrindo espaço para a emergência de diferentes marcadores que podem dizer o que ocorre e o que não ocorre nessa etapa, o que se pode esperar e o que não se pode esperar nessa fase. E, adicionalmente, é de suma importância considerar a transitoriedade desses conhecimentos, abrindo espaço para a consideração de movimentos importantes no desenvolver-se e no pensar sobre o desenvolvimento.

A literatura pode ser um campo importante na compreensão das imagens sociais da infância e como isso atravessa a passagem do tempo. Por meio da análise de diferentes obras ligadas a diferentes movimentos podemos estabelecer narrativas que tratam de uma

determinada compreensão do que é ser criança em um dado momento, em um dado contexto e também para um determinado autor. As relações entre Literatura e Psicologia no Brasil devem muito à contribuição de Dante Moreira Leite (2002), que buscou formas de aprender, no texto literário, elementos que envolvem as ideias psicológicas subjacentes a cada produção, bem como o campo da autoria e a sua subjetivação. Pensar a autoria não é buscar uma análise psicológica do autor, mas compreender de que modo, no processo de escrita, emergem elementos fortemente ligados ao autor, seu mundo e suas experiências de vida, também em um processo de coletivo, que resgata elementos presentes no espaço discursivo e que são capturados e depurados na obra literária (BAKHTIN, 2010). Entre os autores que trazem à baila, em suas obras, elementos autobiográficos, também as imagens infantis podem ser recuperadas tanto como forma de retratar um momento ou uma noção em apreço, mas também pelo desenvolvimento da própria autoria, do tornar-se autor.

Clarice Lispector é uma escritora que tem sido alvo de diversos estudos, em diferentes áreas do conhecimento para além da Literatura, como a Psicologia, por exemplo (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2010; SCORSOLINI-COMIN; ALVES, 2018a). Esses estudos ora cravam-se na análise psicológica de suas obras e/ou de suas personagens, outras vezes na análise da subjetividade da própria autora ou até mesmo nas bases psicológicas na construção da sua autoria. Muitas investigações apontam o caráter autobiográfico de muitas obras da autora, de modo que toda interpretação de sua obra não poderia se apresentar de modo descolado da descrição da autora e de seus percursos de vida, bem como de seu processo de subjetivação (ALONSO, 2016). O que se pode afirmar é que Clarice Lispector não é apenas uma das autoras mais celebradas da contemporaneidade, mas que também tem exercido certo fascínio em pesquisadores que se debruçam em compreender as diversas interfaces da produção da autoria, como discutido a seguir nas posições nomeadas no presente estudo como as da Clarice-mãe, da Clarice-menina, da Clarice-adulta e da Clarice-escritora.

As narrativas da Clarice-mãe

A criança (pausa) tem a fantasia. Ela é solta
(LISPECTOR, 1977)¹.

¹ Entrevista a Júlio Lerner, na TV Cultura de São Paulo, em fevereiro de 1977. Trecho presente na biografia organizada por Gotlib (2009, p. 568).

Quando analisamos a literatura de Clarice voltada ao público infantil torna-se interessante compreender o posicionamento que a autora assume. Clarice não começa a escrever propriamente para o público infantil como um projeto de literatura, em uma diversificação da sua obra, mas atendendo a um pedido do filho mais velho que, quando criança, queria ouvir histórias criadas pela mãe (GOTLIB, 2009a). A inscrição de Clarice no universo da literatura infantil ocorre, desse modo, a partir de um dado biográfico, de modo que não se pode compreender essa relação sem acessar o que chamaremos neste estudo da Clarice-mãe. Recuperando a sua biografia, Clarice afirma, no texto *As três experiências*, que a escrita e a experiência da maternidade estariam entre as suas principais razões de existir, explicitando claramente a associação entre as duas funções. É na literatura voltada às crianças que talvez encontremos um *locus* privilegiado para compreender essas relações entre maternidade e escrita:

Há três coisas para as quais eu nasci e para as quais eu dou a minha vida. Nasci para amar os outros, nasci para escrever, e nasci para criar meus filhos. (...) As três coisas são tão importantes que minha vida é curta para tanto. Tenho que me apressar, o tempo urge. Não posso perder um minuto do tempo que faz minha vida. Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca. (...) Quanto aos meus filhos, o nascimento deles não foi casual. Eu quis ser mãe. Meus dois filhos foram gerados voluntariamente. Os dois meninos estão aqui, ao meu lado. Eu me orgulho deles, eu me renovo neles, eu acompanho seus sofrimentos e angústias, eu lhes dou o que é possível dar. Se eu não fosse mãe, seria sozinha no mundo. Mas tenho uma descendência, e para eles no futuro eu preparo meu nome dia a dia. Sei que um dia abrirão as asas para o voo necessário, e eu ficarei sozinha: É fatal, porque a gente não cria os filhos para a gente, nós os criamos para eles mesmos. Quando eu ficar sozinha, estarei seguindo o destino de todas as mulheres (LISPECTOR, 2004).

A experiência da maternidade, desse modo, apresenta-se, em Clarice, de modo similar à sua relação com a escrita, reforçando a importância da posição da Clarice-mãe não apenas na expressão da maternidade e do modo como criou e educou os filhos, mas, sobretudo, no modo como a sua escrita esteve intimamente ligada a essa dimensão. Dessa relação familiar e de absoluta intimidade, Clarice passa a escrever histórias que poderiam ser interessantes para os filhos, em um primeiro momento, mas também a um público maior, posteriormente. Como destacado por Gotlib (2009a, p. 351), “Pode-se afirmar, pois, que foi como mãe que Clarice Lispector ingressou na literatura infantil”.

O primeiro desses textos², posteriormente transformado em livro, trata-se de *O mistério do coelho pensante*, escrito originalmente em inglês quando Clarice morava no exterior (GOTLIB, 2009a). O texto, em princípio, fora escrito em inglês para que a babá do filho Paulo pudesse ler o livro com ele. Nesta obra e nas demais que se seguiram, são frequentes as menções a personagens que povoaram a sua vida de criança, como a galinha de *A vida íntima de Laura*, mas também a sua vida de adulta, como o cachorro Ulisses, que se torna o narrador de *Quase de verdade*, mencionado e representado em diversos textos de Clarice e em fotos do seu acervo pessoal (GOTLIB, 2009b).

Os livros que compõem a literatura infantil de Clarice Lispector são *O mistério do coelho pensante* (publicado originalmente em 1967), *A mulher que matou os peixes* (original de 1968), *A vida íntima de Laura* (datado de 1974), *Quase de verdade* (publicado em 1978) e *Como nasceram as estrelas* (veiculado em 1987), este último com releituras de Clarice acerca das lendas brasileiras, uma para cada mês do ano. Essas obras conservam traços de sua prosa comprometida fundamentalmente com questões da ordem do cotidiano, operadas por uma poética específica que trata aspectos do existencialismo e da mundanidade das coisas.

A partir de uma exploração da “humanidade” presente nos bichos, Clarice busca uma aproximação com uma vida mais instintiva e básica, ligada às paixões e a emoções que circundam o universo infantil (DINIS, 2003). Sobre o amor de Clarice pelos bichos, Gotlib (2009a) recupera uma célebre frase da autora: “Somente quem teme a própria animalidade não gosta de bichos. Eu adoro” (p. 66). Por essa razão, todos os livros de Clarice voltados ao público infantil possuem como personagens centrais os animais, como galinhas, galos, cachorros, peixes e coelhos. A menção a seres vegetais, como árvores e também elementos naturais como as nuvens também emergem. Em alguns desses livros, as personagens humanas aparecem quase como figurantes. Nesse processo, Clarice não apenas valoriza os personagens bichos, como os aproxima do humano, ao dar-lhes contornos de pessoas por suas características que envolvem raciocínio, amabilidade, inveja, competição e virtudes como a coragem, a astúcia e a moralidade.

A narrativa voltada a crianças, em Clarice, apresenta pontos de ruptura com um dos gêneros mais apreciados na infância, o conto de fadas. Segundo Dinis (2003), essa literatura não está relacionada às lições de moral geralmente presentes nos contos de fada, por exemplo, nem mesmo busca socializar a criança ou inseri-la no universo do adulto, mas

² Aqui neste estudo considera-se a primeira história infantil publicada por Clarice. No entanto, o primeiro texto escrito por ela dentro desse gênero trata-se da historietta do Menino Sá, escrita para a sobrinha Márcia, filha de sua irmã Tânia (GOTLIB, 2009a).

propõe à criança a experimentação de um mundo constantemente recriado pela imaginação. As personagens principais dessas obras dialogam com sentimentos tanto do mundo adulto como do universo infantil, trazendo à baila elementos que também colocam a escritora Clarice como mediadora dessas recriações. As temáticas do ciclo de vida (nascimento, desenvolvimento e morte), da natureza (cadeia alimentar, eventos climáticos), das espécies (o que é do humano e o que é do mundo dos bichos) e das relações interpessoais mediadas pelo amor, pela inveja, pela competição e pela busca pelo conhecimento, em diálogo com instituições como a escola e a família, recortam as narrativas dessas obras (SCORSOLINI-COMIN; ALVES, 2018a, 2018b).

Mas as menções à infância não se restringem às obras infantis de Clarice. Aliás, nessas obras, as menções autobiográficas estão mais centradas nas imagens infantis dos filhos e em sua posição de mãe, como na obra *A mulher que matou os peixes* (1999a), na qual ela inicia a narrativa confessando um “crime”, que foi a morte de dois peixes vermelhos por negligência materna, que esquecera de dar comida aos animais na ausência dos filhos. Ainda que envolva no universo infantil, emergem nessas obras muito do olhar da mãe sobre essa infância, uma infância também relacionada ao desenvolvimento dos próprios filhos, com menções a personagens desses momentos e dos episódios vividos no seu universo doméstico. Assim, destaca-se que a produção de Clarice voltada às crianças não recupera, em grande parte, a sua própria infância, mas sim a sua experiência como mãe, valendo-se das experiências *dos filhos* e *com os filhos*, mediadas por sua posição de observadora silente desse universo interativo.

É como se Clarice quisesse não apenas entreter os filhos, mas apresentar-lhes uma visão de mãe acerca da vida e do mundo. De alguma forma, os bichos que protagonizam essas histórias acabam sendo a voz de Clarice, apresentando aos filhos – e às crianças, por extensão – um pouco sobre o seu modo de compreender (ou não) o mundo. Esse processo emerge, por exemplo, quando ela convoca o seu próprio cachorro, Ulisses, para guiar a narrativa em *Quase de verdade*, representando o seu alter ego:

Sabe quem eu sou? Sou um cachorro chamado Ulisses e minha dona é Clarice. Eu fico latindo para Clarice e ela – que entende o significado dos meus latidos – escreve o que eu lhe conto (LISPECTOR, 2010, p. 51).

Como em toda a obra de Clarice, as inquietações sobre o viver permanecem em aberto, assim como os mistérios, a exemplo do coelho pensante. O recurso que conta com a interpretação do leitor permanece, ainda que de modo diretivo, em alguns casos, como em *O mistério do coelho pensante* (2010, p. 78): “Se você quiser adivinhar o mistério, Paulinho, experimente você mesmo franzir o nariz para ver se dá certo. É capaz de você

descobrir a solução, porque menino e menina entendem mais de coelho do que pai e mãe. Quando você descobrir, você me conta”.

As narrativas da Clarice-menina

Distanciando-se dessa Clarice-mãe que se vê mobilizada, em um primeiro momento, a escrever para os próprios filhos, culminando na produção de livros voltados ao público infantil, em outras obras observa-se nitidamente a emergência da Clarice-menina, com suas memórias afetivas e tenras experiências do viver. Esse processo emerge em dois de seus mais famosos contos: *Felicidade clandestina* e *Cem anos de perdão*. A escolha desses contos para análise no presente estudo deve-se ao modo como, nessas produções, Clarice nos oferece pistas sobre a sua infância e o seu olhar ainda infantil para questões tidas como típicas do universo adulto, em que pairam invejas, perversões, interditos e fantasias que nem sempre podem ser realizadas, em contraste com a visão infantil das múltiplas potencialidades de ser e recuperadas, em grande parte, pelo investimento afetivo no universo da fantasia.

Clarice Lispector nasceu na Ucrânia, em 1920, mas foi naturalizada brasileira assim que chegou ao país, com meses de vida. Quando criança morou em Maceió, Recife e Rio de Janeiro e, já na vida adulta, em países como Itália, Suíça e Estados Unidos (GOTLIB, 2009a, 2009b; MONTERO, 1999). Em 2017 o seu livro mais importante e que alcançou mais leitores ao redor do mundo, *A hora da estrela*, completou 40 anos de sua publicação, data que coincide com o seu falecimento, em 1977. Em que pese as suas referências à própria infância, os contos *Felicidade clandestina* e *Cem anos de perdão* se passam na mesma Recife em que Clarice viveu quando criança, época na qual se iniciou na escrita. A experiência da escrita, desse modo, data de sua infância. E, ao escrever sobre essa mesma infância, Clarice revela uma compreensão particular sobre o ser-criança e o ser-menina, ambas narrativas femininas.

O conto *Felicidade clandestina* (LISPECTOR, 1998), presente em um livro homônimo da autora, narra a epopeia de uma menina com um livro. A epopeia da protagonista cruza-se com a da Clarice-menina e as suas descobertas que posteriormente atravessariam a sua construção como autora. Em entrevista de 1976 recuperada por Gotlib (2009a), Clarice narra desse modo a sua inscrição no mundo dos livros: “Depois, quando eu aprendi a ler e a escrever, eu devorava os livros! Eu pensava, olha que coisa! Eu pensava que livro é como árvore, é como bicho: coisa que nasce! Não descobria que era um autor! Lá pelas tantas, eu descobri que era um autor. Aí disse: ‘Eu também quero’” (p. 81).

A menina do conto, ávida leitora e com poucos recursos financeiros para a aquisição de livros, vê-se envolta na tentativa de ler um livro que sua amiga jamais lhe emprestava. Tratava-se do livro “As reinações de Narizinho”, de Monteiro Lobato. A protagonista tinha o sonho de poder ler esse livro e a amiga tinha a sorte de possuí-lo. Essa menina, no entanto, não possuía a mesma vinculação com a literatura que a heroína da história, ainda que tivesse outra sorte, a de ser filha de um dono de livraria. Apesar de ter consentido com o empréstimo do livro à amiga que tanto o desejava, esse empréstimo acaba não se realizando, de modo a aumentar a ansiedade da protagonista, permeada pela frustração e pelo desapontamento quando a amiga esquecia o livro ou inventava alguma desculpa para não emprestá-lo, assim como pela esperança em poder ter os livros em suas mãos.

A amiga, no entanto, acaba nutrindo prazer pela situação que se desenlaça – ao não emprestar o livro, sugerindo contrariamente que o emprestaria, conseguia tornar a protagonista sua amiga e dependente. Ao ver o sofrimento da amiga frustrada, sempre em busca do seu objeto de desejo, a menina mostrava-se orgulhosa de sua própria perversidade – onde residiria, provavelmente, o seu próprio desejo. Essa perversidade da garota filha de dono de livraria era narrada como um “talento para a crueldade”, exercendo com “calma ferocidade o seu sadismo”, a sua “pura vingança” pelo fato de invejar as outras meninas.

Essa situação muda quando a mãe da menina descobre a mentira da filha, que não havia emprestado o livro a outra pessoa, mas que estava apenas despistando a protagonista, recusando-se ao empréstimo e sustentando a sua dependência em relação àquela promessa. Ao entrar em contato com a mentira da filha, a mãe trata de desfazer o “mal-feito”, não dando pistas dos itinerários da menina perversa, se seria castigada ou não, por exemplo, mas cuidando em garantir que a protagonista tivesse, enfim, acesso ao livro e interrompesse um ciclo de sofrimento.

A mãe não apenas empresta o livro, como lhe atribui uma posse quase que eterna: “E você fica com o livro por quanto tempo quiser” (LISPECTOR, 2016, p. 395). A narrativa, desse modo, mostra-se como redentora, pois não se tratava mais de um simples empréstimo, mas de uma tentativa de desfazer o mal que a filha havia lhe provocado. E o mal era, de fato, tão grande, que merecia uma redenção à altura. A redenção era proporcional à longa espera pelo livro e à *via crucis* decorrente desse tempo de desassossego. Essa medida era dada pelo status da eternidade que, segundo a protagonista, valia mais do que a doação do livro: “Valia mais do que me dar o livro: ‘pelo tempo que eu quisesse’ é tudo o que uma pessoa, grande ou pequena, pode ter a ousadia de querer” (p. 395). A sensação de eternidade emerge mesmo da abertura do convite, não

localizando temporalmente qualquer limite. A limitação é dada única e exclusivamente pelo desejo da menina que, pela escrita, parece como não sendo passível de mensurar. Essa impossibilidade de mensuração do desejo é o que dá pistas sobre a realização do desejo, que não se concretiza apenas no momento da posse, mas em toda a experiência de fruição, quase amorosa, que se segue.

A eternidade também parece querer ser capturada quando, na sequência, a menina narra o percurso para casa. Ao invés de correr e pular, como fazia rotineiramente, a menina imprime um passo vagaroso, arrastado, na tentativa de expandir a sensação de prazer e perdurá-la no tempo. O desejo tinha que ser vivenciado devagar, degustado, recitado, soletrado. Esse compasso lento no caminho de volta ao lar anuncia também uma transgressão da menina, ao contrariar a sua natureza. Era preciso que a menina aprendesse a congelar os instantes, que aprendesse a aprisionar os momentos de intensa alegria. E isso se dava no nível corporal, no prolongamento de um caminho que tinha como objetivo expandir a experiência de êxtase. Esse êxtase também é narrado no modo como a menina irá se relacionar com o objeto-livro.

Então, quando conseguiu, enfim, o livro, enamorou-se pelo mesmo, balançando-se por muito tempo na rede na companhia dele. Nessa passagem sublime, a menina do conto – ou aquela mulher madura na qual ela se tornou – narra a operação psíquica que permite à futura leitora equacionar o saber intelectual ao universo sensorial que abre passagem para a fruição estética. A menina em êxtase com o seu livro. Como apaixonar-se pelos livros?

A dimensão erótica também emerge neste conto, por exemplo, na passagem: “Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante”. O objeto livro, alvo do desejo da menina, é alçado como uma figura proibida a qual ela só poderia ter acesso de modo clandestino, às escondidas, sem que ninguém soubesse. O seu enlace, desse modo, seria secreto, ainda que a amiga e a sua mãe soubessem do empréstimo. No entanto, o modo de se relacionar com esse objeto, com esse desejo, era essencialmente secreto, em uma dimensão que a protagonista só compartilharia com o leitor do conto.

Emerge, desse modo, o erotismo desde a infância, que não se liga a uma objetificação sexual ou uma vivência da prática sexual, mas de encontro erótico, de experiência de prazer. Esse prazer, o da leitura, o da posse do livro, funciona de modo erotizado no conto (GOTLIB, 2009a). O enlace secreto, sinônimo de prazer, é vivido pela protagonista como algo clandestino, que não pode ser acessado, que poderia ser recriminado por outrem. A relação da menina com o livro não se mostra aberta à sua família ou a outras crianças, por exemplo, mas é experienciada solitariamente, no quarto, afastada

de tudo o que pudesse desconstruir a sua fantasia. Assim, a sua paixão pela literatura ocupa um lugar de interdito, como se só possuísse um lugar em sua imaginação, em sua subjetividade.

De modo similar, também podemos pensar a infância narrada por Clarice como um interdito (SARMENTO; MARCHI, 2008), uma fase do desenvolvimento que possui determinadas características, que pode acolher determinados comportamentos, mas não todos. Nesse sentido, algumas ações, entre elas a de enamoramento pelo objeto do desejo, o livro, não caberiam nessa infância e teriam que ser clandestinas. Em Clarice, a infância possui um tom declarado de clandestinidade. À infância nem tudo é permitido, embora a fantasia seja um espaço de liberdade e de abertura ao inominável.

A literatura, no espaço do criativo, é uma permissão para a vivência de uma fantasia e de um enamoramento que não precisam ser compartilhados, mas apenas corporificados nas diversas sensações que recobrem a experiência, como o toque, o cheiro e a própria noção de tempo decorrido na espera e após a concretização do desejo. Assim, a literatura ocupa um espaço de permissividade, de experiência de liberdade diante de um mundo que prima por regras e interditos que balizam o que é ou não ser criança, o que é lícito ou não para a infância.

De modo similar, a felicidade emerge como algo clandestino não apenas para a criança, a Clarice-menina, mas também para a adulta que narra a história, para a Clarice-mulher: “A felicidade sempre iria ser clandestina para mim. Parece que eu já pressentia.” (LISPECTOR, 2016, p. 396). Essa revelação, desde a tenra infância, corporificaria nas experiências de vida da menina que cresceria e lidaria de modo secreto, para sempre, com tudo o que pudesse ser próximo da “esperança da alegria” (p. 394). A felicidade, a alegria, são colocadas como possibilidades, o que seria mediado pela esperança do vir-a-ser. Esse processo de espera revela a angústia pelo livro que talvez não venha, mas não desanima a menina diante de uma possibilidade que se alevanta. Mas por que a experiência da felicidade, não apenas na infância, mas como sentenciado para a vida toda, seria clandestina?

Clarice não soluciona a questão, deixando possibilidades em aberto, como a própria *via crucis* da menina que se tornaria mulher. Assim, a felicidade não haveria de ser um lugar concreto a ser atingido, como muitas vezes presente nos romances, mas um lugar de não-saber que apenas poderia ser alvo da esperança. A esperança, também representada na espera da menina pelo livro, seria balizadora do contato da adulta com toda sorte de felicidade. Essa esperança – e esse espera – cravar-se-iam na experiência da menina-mulher.

O tornar-se mulher, por extensão, também seria uma experiência misteriosa que deveria ser vivida em segredo. Em segredo também estariam os desejos, o que torna lícito aproximarmos a experiência feminina como algo misterioso, por se revelar, por se descobrir aos poucos, assim como na leitura de um livro, que nunca ocorre de modo abrupto. A leitura do feminino em Clarice atravessa a totalidade da sua obra (NASCIMENTO, 2003; POZENATO, 2010). O ser mulher, desde a infância, estaria submetido a esse processo quase místico de desvelar-se. No que tange à infância – e à infância no feminino – Clarice nos permite uma experiência secreta compartilhada com a menina, como se o leitor pudesse ser cúmplice dessa felicidade clandestina. Ao permitir essa cumplicidade no ato interdito, a menina, então, liberta-se para uma experiência concreta de felicidade, segurando o livro, balançando-se com ele, transformando o desejo em ato.

No conto *Cem anos de perdão*, também presente no livro *Felicidade clandestina* (LISPECTOR, 1998), a Clarice-menina estabelece, desde o início, uma vinculação íntima com o leitor: “Quem nunca roubou não vai me entender. E quem nunca roubou rosas, então é que jamais poderá me entender” (LISPECTOR, 2016, p. 408). Há, nesse anúncio, a confissão do “crime”. O mesmo recurso aparece no livro *A mulher que matou os peixes*: “Essa mulher que matou os peixes infelizmente sou eu. Mas juro a você que foi sem querer. Logo eu! que não tenho coragem de matar uma coisa viva!” (LISPECTOR, 2010, p. 21). Neste livro infantil, a narradora destaca diversos acontecimentos que buscam o perdão do leitor desde o início. No conto, o título já denuncia a cumplicidade almejada com o leitor. Não se trata de um perdão qualquer, mas um perdão com a duração de 100 anos, um perdão quase a perder de vista, sacramentando a sua legitimidade.

O leitor, pois, torna-se cúmplice do itinerário da narradora-personagem. A narradora, agora adulta, minimiza os delitos infantis e conta, desde antes da história, com o apoio do leitor: “quem nunca”? O “quem nunca” é tido como alguém que não é real ou, então, que não passou pela infância. Quem passou pela infância, de fato, compreenderia nas próprias vísceras a narrativa da heroína mirim. Autora e leitor colocam-se em uma relação de horizontalidade, de proximidade, de convivência. Ao leitor não é apresentada a possibilidade de ser recusar a ocupar esse lugar. Esse leitor, nesse momento, é “fiscado” e, tal como a amiga da narradora, convocado a se situar ao lado da Clarice-menina, acobertando-a e mesmo defendendo-a de qualquer acusação.

Embora busque essa cumplicidade, a Clarice-escritora já revela a característica da Clarice-menina que pode ser compartilhada por tantas crianças que também se tornaram adultas e agora leem o seu conto. O roubo de rosas e de pitangas é associado ao mundo infantil, quase como um marcador do que é ser criança, universalizando essa infância das

ruas do Recife. A narradora generaliza o roubo desses elementos como uma característica tipicamente infantil: ser criança é ter passado pela experiência de roubar rosas e pitangas. Essa experiência transgressora seria a base para a construção de uma adulta que, de fato, havia passado pela infância, vivenciando e corporificando essa etapa desenvolvimental. Quanto às transgressões na vida adulta – se existiram ou não – nada sabemos pela leitura do conto. Cabe ao leitor apenas saber que essas transgressões progressas foram essenciais na construção pessoa adulta que narra o conto ou, em outras palavras, da Clarice-escritora tentando depurar a experiência da Clarice-menina.

Aqui podemos fazer algumas aproximações com o conto *Felicidade clandestina*. Em *Cem anos de perdão*, quando a menina de Recife possui o seu objeto de desejo, no caso, a rosa, o enlace é narrado de modo quase desprezioso: “O que é que fazia com a rosa? Fazia isso: ela era minha” (LISPECTOR, 2016, p. 409). Possuir o objeto interdito era, portanto, a grande recompensa, era a realização do desejo. A posse do objeto proibido era o próprio prazer, era o ato. O mesmo ocorria com a outra menina que segurava o livro sem sequer querer lê-lo, apenas possuindo-o, em “êxtase puríssimo”. A redenção da menina, ao final do conto, a coloca em um outro patamar, contrastando com a menina que outrora era humilhada pela amiga: “Eu era uma rainha delicada” (p. 396). O êxtase, em *Cem anos de perdão*, dava-se pela posse da rosa: “E, de repente – ei-la toda na minha mão” (p. 409). Mas não é apenas o leitor que se coloca como cúmplice desse ato antissocial, mas também a amiga, que lhe acobertava. A vivência do roubo, nesse sentido, não era tão secreta, pois era compartilhada com a amiga. Os adultos, no entanto, nada sabiam ou desconfiavam. Os leitores, a essa altura, já sabiam de tudo – mas eram igualmente cúmplices vigorosos e nada poderiam revelar. Esse leitor também haveria de ser, como aventado pela narradora no início do conto, um ex-ladrão de rosas e pitangas. Para ser criança era preciso ter passado por essa experiência. Então todos poderiam ser perdoados.

O crime era acompanhado por uma sensação de prazer, de contentamento. Também a experiência de realizar o ilícito era igualmente prazerosa: “Até chegar à rosa foi um século de coração batendo” (LISPECTOR, 2016, p. 409). Para viver novamente essa experiência de prazer (“Foi tão bom”, p. 409), a menina passaria a roubar rosas com frequência, o que se estenderia também para as pitangas. No caso das pitangas, a menina se justificava pela ação da natureza que, de certa forma, pedia que as pessoas colhessem as frutas e as comessem, pois caíam no chão, de um modo ou de outro. Valendo-se desse clamor natural, a menina justificava a sua atitude como uma contribuição ao movimento da natureza. O deleite provocado pela experiência de possuir a rosa ou de experimentar a pitanga promovia na menina a sua sede constante pelo ilícito representado no roubo.

Após o crime, não havia na menina qualquer indício de culpa ou de moralidade: por ser criança, esses atos continuariam – pelo menos enquanto fosse criança. A confissão, nesse sentido, não se apresenta como uma tentativa de se redimir. A sua redenção é corporificada no próprio heroísmo da ação, podendo apreciar a real beleza da rosa por esta poder estar mais perto ou alimentando-se da fruta que deveria ser consumida, de um modo ou de outro. Tal como a promotora de uma “justiçagem”, a menina haveria de ser não apenas perdoada, como admirada. O leitor é colocado como um igual, podendo se apropriar do mesmo heroísmo da narradora – caso também tenha cometido delitos semelhantes em sua infância.

À infância não é demandada a necessidade de haver-se com uma moralidade. Essa moralidade estaria no adulto e deveria ser seguida na adultez. Ao tratar do desenvolvimento da moralidade, Piaget (1992) afirma que esta acompanharia o mesmo percurso da inteligência, sendo o resultado de um processo contínuo de desenvolvimento. Nas diferentes fases do desenvolvimento da moralidade, embora as mesmas não possam ser cristalizadas e totalmente generalizadas, a criança internalizaria noções como as de regras e de justiça, tornando-se uma adulta plenamente imersa em um mundo que se organiza a partir de determinadas regras e saberes. Em seu percurso de construção da moralidade, a criança passaria da fase de anomia, própria da criança pequena, em que não existem regras e normas, até a fase de autonomia, representada pela aquisição de uma consciência moral. Clarice parece encontrar nessa explicação científica uma “justificativa” para o comportamento da menina: ao não estar plenamente desenvolvida em termos morais, poderia expressar comportamentos antissociais como o do roubo. O crescimento, o amadurecimento, o desenvolvimento e a moralidade, por consequência, afastariam, de vez, o adulto de seu passado como criança. Esse adulto, por compreender as regras do desenvolvimento da moralidade, poderia perdoar a criança que fora e também, de modo cúmplice, a Clarice-menina.

A tendência antissocial demonstrada na infância foi profundamente investigada pelo psicanalista inglês Winnicott (2017). Essa tendência, segundo esse autor, revelar-se-ia em atos como o do roubo e também na destrutividade. Em relação ao roubo, essa tendência se expressaria como forma de buscar a experiência inicial com a mãe, agora perdida em função do crescimento da criança e seu afastamento do seio materno, em estado fusional. Não apenas essa perda, mas a continuidade da mesma, gerando um estado de privação, poderia estar na base do comportamento antissocial. Na busca por um objeto substituto dessa relação com a mãe, a criança poderia recorrer, então, ao roubo, também reconquistado a sua autoconfiança – o que trabalhamos, no presente artigo, em termos da

redenção da protagonista. Essa tendência não seria expressa apenas em *Cem anos de perdão*, mas também em *Felicidade clandestina*, por meio das mentiras e das crueldades da “amiga” que não queria emprestar o livro.

A partir dessas considerações, Clarice parece representar a infância como um palco para a emergência da tendência antissocial. Não há quaisquer indícios, no entanto, de que tal tendência tenha se mantido na vida adulta, pelo contrário: a posição da Clarice-escritora e da Clarice-adulta convergem para situar essa tendência exclusivamente na infância. A literatura, nesse sentido, colocar-se-ia como uma depuradora dessa experiência justamente por permitir a sua compreensão.

Mas, voltando a *Cem anos de perdão*, a posse da natureza representada pela rosa e pelas pitangas também é apresentada em Clarice como um interdito: apesar de tudo estar na natureza e ser da natureza, essa natureza estaria circunscrita à propriedade privada. O homem tomava para si a natureza, obrigando a quem não tivesse a posse dessas propriedades a atitude antissocial corporificada no roubo. Ainda que houvesse outras saídas, como pedir ao jardineiro a rosa, essa possibilidade não era sequer aventada por dois motivos: o jardineiro nunca estava quando elas avistavam as rosas e, mesmo que tivesse, não daria as rosas às meninas. Nesse sentido, Clarice apresenta que às crianças não seria atribuída a credibilidade que convenceria o jardineiro, por exemplo, a dar-lhes as rosas. Como elas não ganhariam as rosas, as mesmas precisavam ser tomadas à força. O interdito torna-se essencialmente sedutor, convidando-as a um lugar que transita entre a beleza da rosa/sabor da pitanga e a certeza de estar diante de um ato considerado errado e imoral.

Ao romper a barreira do que era permitido a uma criança em processo de socialização, a menina de Recife entra em contato com sensações como a ousadia e a coragem representadas no fato de transgredir as convenções. Essas sensações são acompanhadas do *frisson* de saber-se errada ou no caminho oposto ao que se esperaria dela, criança de classe média do Recife. A corporificação dessas sensações está em sinais que revelam exatamente o fato ocorrido: quando a menina chupa o sangue pelo ferimento ocasionado pelo espinho da rosa e quando lambe a pitanga madura esmagada por entre os dedos, tal qual sangue. Ao sorver esse sangue e a polpa da pitanga, a menina concretiza a sua ação. Está com as mãos “ensanguentadas”, revelando a sua transgressão, revelando o seu “crime”.

Mas, por ser criança, esse crime haveria de ser perdoado. À criança, todo perdão seria possível. Desse modo, a Clarice-menina deflagra outra dimensão da infância: o sempre-perdão ou o não-crime, o não-pecado. A criança seria sempre absolvida. Esse

“crime”, embora fosse planejado, orquestrado e alvo da consciência da protagonista e de sua comparsa, haveria de ser perdoado exatamente por alocar-se na criança que não poderia pagar pelos seus erros. À infância permite-se, portanto, certo grau de transgressão, haja vista que os crimes presentes no conto não lesariam gravemente ninguém.

O interdito, aqui, pode ser experienciado, ainda que secretamente, mas, quando descoberto, se descoberto, mereceria ser perdoado. Toda criança seria passível de absolvição, desde que os crimes fossem considerados como próprios ao mundo infantil – como o roubo de rosas e pitangas. Generalizando essas experiências de roubo, Clarice já anuncia, desde o início, o caráter lícito do ato, quando praticado por crianças. Mesmo que essas crianças cresçam e possam se lançar em outros crimes, com maior grau de periculosidade, seus crimes pregressos seriam perdoados. Perdoar as crianças seria, pois, um ato universal.

Ainda que clame por esse perdão, é importante retomar que esse crime emerge em segredo – o leitor é cúmplice não apenas do crime, como do silêncio em relação ao ato. Se “nunca ninguém soube” (LISPECTOR, 2016, p. 410), o leitor é que também não haveria de contar nada. Essa imagem reforça a infância como etapa em que os segredos não apenas podem existir, mas se perpetuar pela vida adulta – quiçá pelas próximas gerações, fazendo coro ao conceito de transmissão psíquica (BENGHOZI, 2010). Mas, na transmissão psíquica, tratamos especificamente da transmissão dos segredos e dos interditos que se converteram em sintomas. Em Clarice esse processo é suavizado, apagando o sintoma e permitindo a fruição.

A Clarice-escritora, prenhe das memórias e dos segredos produzidos pela Clarice-menina, assume a escrita como ato perene de confissão e, por isso mesmo, de redenção absoluta. Essa redenção é conferida, sobretudo, pelo leitor, em um pacto que mescla a empatia pela menina que roubava com a compreensão sobre o que se deseja – ou que se possa desejar – quando se é criança.

Considerações Finais ou *As narrativas da Clarice-escritora*

Como podemos conhecer um novo autor? Ouvir a história da sua vida pode ser importante para conhecermos muitos aspectos das suas obras. Esse é um convite que emerge sempre que falamos de Clarice Lispector. Em que pese o interesse ardoroso pelos seus escritos, as suas vivências pessoais e familiares também vêm despertando o interesse de pesquisadores e do público em geral. Ao ser popularizada na internet e sendo alvo de fantasiosas atribuições de autoria, a obra da autora aproxima-se da dimensão vivencial da escritora. Assim, conhecer Clarice também é um movimento legítimo e que vem sendo

empreendido na tarefa de compreensão de seus escritos e de seu processo criativo e autoral.

Quando tratamos do universo infantil, a biografia de Clarice revela diversos momentos em que a autoras se aproximou desse público. Clarice, na década de 1970, passou a ser lida por crianças e a despertar a curiosidade das mesmas. Assim, não apenas os adultos passaram a se questionar sobre os seus livros, mas também os pequenos: como solucionar o mistério de um coelho que pensava? Clarice gostava do interesse das crianças pelos seus escritos, ainda que, em alguns momentos, mostrasse estar entediada com esse processo. Clarice não queria ser absolutamente compreendida e revela esse aspecto em diversas entrevistas, achando até mesmo curioso o processo de muitas pessoas se debruçarem sobre a sua obra em busca de inteligibilidades (GOTLIB, 2009a).

Assim, conhecer a Clarice-mãe e a Clarice-menina a partir de seus escritos pode ser uma tarefa que resulte, em certa medida, em um não-conhecer. Clarice, sempre misteriosa, mostra-se aberta a interpretações, mas não nos habilita a um exercício de busca de uma única verdade. Ao brincar com um de seus títulos infantis, *Quase de verdade* (1999b), podemos ter pistas do que é o processo interpretativo e compreensivo nessa autora. A busca pelo *quase*, ou o acesso ao *quase*, nesse sentido, inconcluso e incompleto, aberto a diferentes leituras interpretações, parece ser o grande mistério que leva ao fascínio por Clarice. Ao tentar ler a Clarice-menina a partir da Clarice-escritora, pudemos, aqui, compartilhar inteligibilidades. Essas lógicas, no entanto, não devem se colocar a serviço da produção de um saber definitivo, pelo contrário. Ler-ouvir-sentir, em Clarice, são exercícios indissociáveis, grafados com hífen, mas perenemente abertos e, por isso mesmo, transitivos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. Ficções narcisistas e configurações nômades na narrativa moderna. **Revista do SELL**, Uberaba, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2016.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. (5ª ed. Trad. P. Bezerra). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação – Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social**. (E. D. Galery, Trad.). São Paulo: Vetor, 2010.

DESSEN, M. A.; COSTA JÚNIOR, A. L. (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SCORSOLINI-COMIN, F.

DINIS, N. F. Pedagogia e literatura: crianças e bichos na literatura infantil de Clarice Lispector. **Educar**, Curitiba, v. 21, p. 271-286, 2003.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. **Psicologia, uma nova introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. São Paulo: EDUC, 2002.

GOTLIB, N. B. **Clarice**: uma vida que se conta. (6ª ed. rev. aum.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 (a).

GOTLIB, N. B. **Clarice fotobiografia**. (2ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009 (b).

LEITE, D. M. **Psicologia e literatura**. (5ª ed.). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LISPECTOR, C. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LISPECTOR, C. **A mulher que matou os peixes**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999 (a).

LISPECTOR, C. **Quase de verdade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999 (b).

LISPECTOR, C. **Aprendendo a viver**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

LISPECTOR, C. **O mistério do coelho pensante e outros contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

LISPECTOR, C. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MONTERO, T. **Eu sou uma pergunta**: uma biografia de Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

NASCIMENTO, C. G. V. O. **Da construção da identidade feminina em contos de Clarice Lispector**: uma análise semiótica. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PIAGET, J. **Le jugement moral chez l'enfant**. Paris: PUF, 1992. (Original publicado em 1932).

PIAGET, J. **Les relations entre l'affectivité et l'intelligence**. Paris: Sorbonne, 1954.

SCORSOLINI-COMIN, F.

POZENATO, J. C. Clarice Lispector: o olhar da mulher. **Antares**, v. 3, n. 1, p. 161-178, 2010.

ROGOFF, B. **A natureza cultural do desenvolvimento humano**. (R. C. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. A pesquisa na universidade e a educação da criança pequena. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 67, n.4, p. 59-63, 1988.

SARMENTO, M. J.; MARCHI, R. C. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica. **Configurações – Revista de Sociologia**, v. 4, p. 1-24, 2008.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Todos passam pela via crucis: a corporeidade em Clarice Lispector. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 623-632, 2010.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SILVA, A. A. “Por que só no fim do livro?": revisitando a grupalidade com crianças. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 1-6, 2018 (a).

SCORSOLINI-COMIN, F.; SILVA, A. A. **A mulher que salvou os peixes: Clarice Lispector e o universo infantil**. Ribeirão Preto, SP: INEPAD, 2018 (b).

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. (Á. Cabral, trad., 6ª ed.). Rio de Janeiro: LTC, 2017.

Como citar este artigo (ABNT)

SCORSOLINI-COMIN, F. A infância clandestina em Clarice Lispector. SELL, Uberaba, MG, v. X, n. X, p. XXX-XXX, 2019. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

SCORSOLINI-COMIN, F. (2019). A infância clandestina em Clarice Lispector. SELL, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.